

LISTAS DE PALAVRAS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS. O QUE NOS ENSINAM OS ENCICLOPEDISTAS SOBRE A NATUREZA DOS INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS¹

Sylvain Auroux

Université Paris 7/CNRS,

UMR 7597, Laboratoire d'histoire des théories linguistiques

RESUME: Cet article analyse le rôle de l'Encyclopédie de Diderot et D'Alembert dans la division moderne entre dictionnaire et encyclopédie à partir de la distinction proposée entre dictionnaire de langue, de faits et de choses. L'analyse montre le dilemme philosophique auquel les Encyclopédistes ont fait face concernant le rapport entre savoir, langue/langage et monde. Ce rapport constitue la toile de fond des décisions sur le statut des entrées, le type d'information dont elles sont l'objet, et le mode de textualisation de l'Encyclopédie, dont l'adoption de l'ordre alphabétique est une partie fondamentale.

RESUMO: Este artigo analisa o papel da Encyclopédie de Diderot e D'Alembert na divisão moderna entre dicionário e enciclopédia a partir da distinção proposta entre dicionários de palavras, de fatos e de coisas. A análise dá visibilidade ao dilema filosófico que enfrentam os autores da Enciclopédia no que diz respeito à relação entre conhecimento, língua(gem) e mundo. Esta relação constitui o pano de fundo de decisões sobre o estatuto das entradas, o tipo de informação a ser apresentada sobre elas, e o modo de textualização da Enciclopédia, do qual a adoção da ordem alfabética é parte fundamental.

ABSTRACT: This article analyses the role of the French Encyclopedia by Diderot and D'Alembert in the modern division between dictionary and encyclopedia, through the distinction it proposes between dictionary of language, of facts and of things. The analysis presents the philosophical dilemma faced by the authors of the Encyclopedia as to the relation

between knowledge, language and world. This relation constitutes the background for decisions such as the statute of the entries, the type of information to be given on them, and the mode of textualization of the Encyclopedia, in which the adoption of the alphabetical order takes a fundamental part.

O que recobre a palavra “dicionário” na literatura contemporânea é totalmente diverso: há, evidentemente, as obras consagradas à língua (às vezes limitadas a certos fenômenos: “Dicionário de sinônimos”, “Dicionário de dificuldades da língua francesa”, etc.), mas também “enciclopédias”, por vezes muito especializadas (“Dicionário da bricolagem”, “Dicionário da direita”, “Dicionário da biogeografia vegetal”, “Dicionário das ciências da linguagem”, etc., até mesmo textos que pretendem fazer o resceneamento de elementos não-lingüísticos (“Dicionário de medicamentos”, “Dicionário de noções filosóficas”, etc.). Nesse contexto, pode-se definir o gênero “dicionário” de maneira muito geral:

- Trata-se de um texto descontínuo; sob a forma “papel” clássica, não é feito para ser lido da primeira à última página, seguindo-se um plano, mas por “fragmentos”. A ordem de leitura dos fragmentos é aleatória (fica à escolha dos leitores), não depende da ordem de impressão sobre a sucessão de páginas, contrariamente a um romance ou um tratado científico. Se se refere a esta propriedade, pode-se falar da “multidimensionalidade” essencial do texto dos dicionários;

- Os fragmentos são “localizados” por palavras² que são como cabeças de capítulo. Um dicionário se identifica assim por uma “lista de palavras”, o que justifica seu nome. Referindo-se à sua função, pode-se considerar estas palavras como os “endereço” dos fragmentos.

Historicamente, a situação moderna resulta de uma evolução complexa (Rey, 1982). No caso francês, pode-se resumi-la pela aparição de dois novos objetos: o dicionário monolíngüe francês, tal como ele se apresenta com a publicação (tardia) da Academia (1694; ver Collinot/Mazière, 1997) e a *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers*^{NT} (1751-1772). No primeiro caso, é preciso ver a tentativa inédita de definir especificamente o que é um dicionário de língua, ou mais precisamente da “língua comum”, por restrição da lista de entradas. Os termos técnicos (artes e ofícios) são excluídos, em proveito dos elementos que podem se interdefinir uns em relação aos outros; eles serão retomados no *Dictionnaire des arts et des sciences* de Thomas Corneille. Tal exclusão foi recusada tanto por Richelet (*Dictionnaire*

français contenant les mots et les choses^{NT} (...), 1680) quanto por Furetière (*Dictionnaire universel* (...), 1690^{NT}). Ela permitirá definir a matéria dos dicionários de sinônimos (Girard, *La justesse de la langue française*, 1718), que excluirão igualmente toda nomenclatura do real. Não se dirá jamais o suficiente a importância deste novo objeto técnico inventado pelos acadêmicos. No segundo caso, o que se tem, se não é a “primeira” enciclopédia sob forma de dicionário (a de Chambers, ainda que se tratasse na origem de traduzir), é pelo menos aquela que vai ligar de modo durável o gênero enciclopédico ao gênero “dicionário alfabético”. Tal situação corresponde a uma intensa reflexão sobre o gênero dicionário, que pode notavelmente esclarecer sua história e sua natureza.

A teoria dos “dicionários” na Enciclopédia

Três artigos resumem as concepções que concernem à noção de “dicionário” na Enciclopédia: o artigo *dicionário*, que não possui mais do que alguns parágrafos, mas se completa por três longos sub-artigos: dicionário de línguas (que compreende um desenvolvimento sobre os *dicionários de línguas estrangeiras mortas ou vivas*), *dicionários históricos*, e *dicionários de ciências e artes tanto liberais como mecânicas* (D’Alembert); o artigo de sinonímia *dicionário, vocabulário, glossário*, que segue o anterior (D’Alembert); enfim, o artigo *enciclopédia* (Diderot) volta à questão. Os dois mestres de obra da *Enciclopédia* colocaram a mão na pluma: a questão dizia respeito ao próprio sentido da sua empreitada.

O artigo de sinonímia consagra a hiperonímia do termo “dicionário”. A significação geral das três palavras é designar “toda obra na qual um grande número de palavras são dispostas segundo uma certa ordem, para encontrá-las mais facilmente quando se precisa delas”. Para o resto:

vocabulário e glossário só se aplicam a dicionários puros de palavras, enquanto dicionário compreende não somente os dicionários, mas ainda os dicionários históricos, e os das ciências e de artes (...).

a palavra glossário (...) só se aplica aos dicionários de palavras pouco conhecidas, bárbaras ou em desuso.

O artigo “dicionário” insiste sobre esta hiperonímia: trata-se de uma “obra na qual as palavras são distribuídas em ordem alfabética³, e explicadas com mais ou menos detalhe segundo o objetivo que se propõe. Ele apresenta, no entanto, a célebre distinção dos três tipos de dicionários, que faz a originalidade (e as ambigüidades) das concepções da *Enciclopédia*.

Dicionário de língua, de fatos e de coisas

D'Alembert apresenta a distinção já no começo do artigo *dicionário*:

Podem-se distinguir três tipos de *dicionários*; *dicionários* de línguas, *dicionários* históricos e *dicionários* de Ciências e de Artes: divisão que se poderia apresentar sob um ponto de vista mais geral, deste modo: *dicionários* de palavras, *dicionários* de fatos e *dicionários* de coisas (...).

A divisão geral é menos precisa porque ela esconde continuidades: um dicionário de ciências só pode e só deve ser um dicionário de fatos todas as vezes que as causas são desconhecidas, e um dicionário de fatos (le Bayle, 1696, ou le Moreri, 1774), se é obra de um filósofo, será frequentemente um dicionário de coisas. Ao passar ao estudo dos dicionários de coisas, D'Alembert parece primeiro retomar a estratégia da Academia:

Chama-se assim um dicionário destinado a explicar as palavras mais usuais e mais cotidianas de uma língua; distingue-se do dicionário histórico, à medida que exclui os fatos; os nomes próprios de lugares, de pessoas, etc., e se distingue do dicionário de ciências, à medida que exclui os termos de Ciências demasiadamente pouco conhecidos, familiares somente aos poucos estudiosos.

Um dicionário de língua se define, então, por sua lista de entradas, em uma estratégia de exclusão, como se houvesse nomenclaturas de fatos e de coisas que não sejam da língua. A rigor, o critério lingüístico discriminatório do nome próprio⁴ clareia a relação com os dicionários de fatos. Mas, para o resto, esta concepção só é consistente pelo conceito de “língua comum”, a que contém “as palavras mais usuais e as mais cotidianas de uma língua”. O resto também, bem entendido, faz parte da língua!

Pode-se compreender hoje em dia a profundidade da concepção da Academia se se admite que uma língua não é uma nomenclatura, mas um conjunto de valores⁵ que se definem somente por suas oposições. As “etiquetas” das coisas não servem realmente para definir o que é uma língua⁶, mesmo se se pode reconhecer a que língua elas pertencem. Idealmente, o dicionário de língua não recorre à exterioridade, as significações dos itens lingüísticos são atingidas umas pelas outras, seja pela via das definições, necessariamente circulares⁷, seja pelas oposições sinonímicas ou antonímicas.

As concepções semióticas dos enciclopedistas não lhes permitem ir muito longe nessa direção. Para eles, o elemento de nossa representação

(a idéia) é idêntica à significação das palavras⁸. A idéia da coisa nomeada X é, com certeza, a representação da coisa X, mas é igualmente a significação da palavra “X”. Pode-se a rigor considerar que a tipologia funciona para a distinção entre os fatos e a língua, porque a nomenclatura do dicionário de fatos repousa, como se viu, sobre um traço lingüístico específico, o nome próprio (a *Enciclopédia* não possui nenhuma entrada que seja um nome próprio no sentido lingüístico do termo). Mas tudo se obscurece para distinguir o dicionário de língua e o dicionário de coisas. Diderot o reconhece explicitamente no artigo *Enciclopédia*: “Um dicionário de língua é uma coletânea muito exata dos títulos a preencher por um dicionário metódico e arrazoado”. Não está mais em questão distinguir os dois pela extensão das entradas do dicionário, uma vez que a significação é finalmente limitada à prática do ofício, que reenvia à manipulação das coisas:

Quem poderá definir melhor a palavra conjugado senão o geômetra (...), troca senão um comerciante (...), não se executará jamais um bom vocabulário sem o concurso de um grande número de talentos, porque as definições de nomes não diferem em nada das definições de coisas e porque as coisas só podem ser bem definidas por aqueles que as estudam longamente (Diderot, *ibid.*)

D’Alembert dispunha, entretanto, de uma concepção clara para atingir a especificidade do “dicionário de língua”: ele se estende longamente *especificando o conteúdo que devem ter seus artigos*. Deve-se, com efeito, considerar a significação das palavras (o que supõe boas definições⁹; a distinção entre o sentido preciso e próprio e o sentido vago e metafórico; as oposições sinonímicas), seu uso (o que supõe uma excelente sintaxe), sua natureza, sua quantidade ou pronúncia, sua ortografia e sua etimologia (o que quer dizer sua morfologia: radicais, derivados e compostos). *No dicionário de língua, a palavra que serve de entrada é o objeto do artigo*. A obra só pode então servir à aprendizagem e ao domínio da língua.

Uma observação geral sobre o estatuto dos dicionários de língua se impõe imediatamente. Como o monolíngüe só se dirige aos sujeitos que conhecem a língua, é preciso supor um hiato entre esse conhecimento e o que o dicionário contém. Dito de outro modo, o dicionário não pode ser visto como a exteriorização de um conhecimento que seria distribuído igualmente no espírito de cada um dos locutores¹⁰. Trata-se de um objeto técnico externo destinado a prolongar e enriquecer as competências individuais, o que nós denominamos um *instrumento lingüístico* (Auroux, 1998: 269; de modo mais geral, Auroux, 1992/2007 e 1994).

A enciclopédia e o dicionário

O gênero enciclopédico existia desde a Antigüidade; a inovação profunda de D'Alembert e Diderot é fazer dele uma divisão do gênero "dicionário"¹¹.

O gênero enciclopédico supõe dois princípios na exposição dos conhecimentos: a unidade do lugar da exposição e a exaustividade. Ele apresenta necessariamente um problema: como apresentar o conjunto dos conhecimentos respeitando esses dois princípios? Grossoiramente, pode-se dizer que duas grandes respostas se sucederam na história: a *Suma* medieval e o *Discurso sintético more geometrico* cartesiano ou espinozista. A *suma* resolve a questão de maneira ontológica: ela reflete a ordem fixa do cosmos (*speculum mundi*), a ordem das matérias da enciclopédia é idêntica à distribuição dos seres no mundo. O discurso sintético a resolve partindo de um ponto de vista epistemológico. Ele supõe que se possa encadear o saber de maneira sintética (ou seja, descendo das causas aos efeitos) segundo a ordem das razões. A seqüência dedutiva é potencialmente infinita; ela é contudo determinada pelo conjunto dos primeiros princípios que a dominam¹². No século XVIII, não se pode voltar à *suma*: puramente rapsódica, ela está ligada à visão de um mundo finito que a física galileico-catesiana destruiu definitivamente em proveito de um universo infinito¹³. Mas o discurso sintético também mostrou seus limites. D'Alembert os expôs no artigo *elementos das ciências*. O encadeamento linear dos conhecimentos é impossível; haverá sempre lacunas na seqüência dos princípios, o que impede o discurso sintético de desdobrar verdadeiramente uma ordem completa das razões e de fechar o saber assegurando a exaustividade da enciclopédia. Diderot tirará as conseqüências, no artigo *enciclopédia*:

O universo só nos oferece seres particulares, infinitos em número e sem quase nenhuma divisão fixa e determinada; não há nenhum que se possa chamar o primeiro ou o último, tudo se encadeia e se sucede por nuances insensíveis (...).

A infinidade dos pontos de vista torna caduca toda tentativa de encontrar uma ordem enciclopédica linear única:

O universo, seja real, seja inteligível tem uma infinidade de pontos de vista sob os quais pode ser representado, e o número de sistemas possíveis do conhecimento humano é tão grande quanto o desses pontos de vista.

Nessas condições, o dicionário, com sua ordem alfabética arbitrária, é a melhor solução para abordar a representação da ordem enciclopédica, apesar das recusas de Leibniz, que não pôde abandonar o discurso sintético e a quem o arbitrário do alfabeto intimidava¹⁴. No dicionário, se encontrará uma grande quantidade de ordens possíveis. Há primeiro a do Quadro figurado dos conhecimentos, que fornece a cada artigo um indicador de domínio; há o corpo de cada artigo e o seu plano; há, enfim, o sistema de reenvios, e até mesmo os percursos de leitura aleatória potenciais, que abrem a enciclopédia à multidimensionalidade de uma quase infinitude das ordens possíveis. A forma de dicionário que reveste a enciclopédia não é simplesmente um artefato destinado a facilitar sua utilização. É uma resposta filosófica inédita ao problema epistemológico da ordem enciclopédica. É claro que essa resposta depende estreitamente das concepções lingüísticas, e mais largamente semióticas (Auroux, 1979) dos enciclopedistas. Diderot o formula claramente:

A língua de um povo dá o seu vocabulário, e o vocabulário é uma tábua bastante fiel de todos os conhecimentos de um povo (637a).

Ora, tal concepção – as palavras de uma língua dão a lista de entradas da enciclopédia – traz o risco de abolir a distinção entre dicionário de língua e dicionário de coisas. No surpreendente artigo *enciclopédia*, Diderot parece voltar como que arrependido a essa questão:

Mas o conhecimento da língua é o fundamento de todas essas grandes esperanças; elas ficarão incertas, se a língua não for fixada e transmitida à posteridade em toda sua perfeição; e esse objeto é o primeiro do qual convinha aos Enciclopedistas se ocupar profundamente. Nós o percebemos tarde demais; e esta inadvertência jogou (*sic*) imperfeição em toda a nossa obra. O lado da língua ficou fraco (digo da língua e não da gramática) (...). (art. *enciclopédia*, 637b).

É preciso meditar sobre essa passagem. O que seria a Enciclopédia, se não tivesse havido esta “fraqueza” ou se ela tivesse sido consertada? A presença dos artigos de sinonímia (redigidos por D’Alembert ou mais diretamente emprestados do Abade Girard) nos dão um indício. Trata-se do esboço de um dicionário de sinônimos, ou seja, de um dicionário de língua. Pergunta-se o que ele vem fazer aí. As outras entradas do dicionário não se beneficiam de um tratamento “lingüístico”, indica-se somente a classe gramatical da palavra (mas as entradas de uma enciclopédia são

quase todas substantivos) e seu gênero. Reforçar o “lado da língua” teria suposto que se colocassem outras palavras como entrada e que se as tratasse diferentemente (ver mais acima as observações de D’Alembert). Ter-se-ia imergido um dicionário de língua em uma enciclopédia. Contrariamente ao que pensa Diderot, não teria havido homogeneidade. É sua teoria da significação (mais geralmente sua “semiótica”) que está em causa, enquanto ela própria é a justificativa racional do projeto do dicionário enciclopédico.

Para fazer compreender o que quero dizer com isso, o melhor é tomar um exemplo. Quando se tratou de fazer um “dicionário de noções filosóficas” no interior de uma “enciclopédia filosófica universal”¹⁵ (Presses Universitaires de France, Paris, 1990), nós refletimos longamente sobre a questão lingüística. Nós havíamos o precedente do *Vocabulaire Philosophique* de Lalande^{NT}, que tratava as palavras da filosofia como pertencentes a uma sub-linguagem¹⁶, a que ele chamava “língua filosófica”. Mas um dicionário de noções não é um dicionário de “língua”:

(...) pareceu-nos expediente definir a estrutura de uma noção, ou seja, de uma entrada do dicionário, por um complexo de vários termos: i) um vocabulário (uma terminologia) mais ou menos bem delimitada; ii) outras noções; iii) conjuntos de elementos definitórios descritivos ou históricos; iv) um conjunto de problemas, de teorias ou fragmentos teóricos, de teses associadas; v) um conjunto de textos que tematizem a noção ou que entrem na tematização da noção. A verdade, isto é, a realidade da unidade nocional consiste em que, num universo cultural (e talvez mesmo num espírito ou cérebro humano), a informação e os conhecimentos são estocados e manipulados por meio de “pacotes”. (Auroux 1990, XI).

Contrariamente ao que avança Diderot, uma noção não é idêntica à significação da palavra que nós eventualmente temos no espírito quando falamos. A técnica original do dicionário é a listagem de palavras, e por essa via ela concerne à linguagem (mesmo no “dicionário de coisas”, não são as “coisas” que se colocam no dicionário!), mas ela não tem por objeto necessariamente a linguagem. A “fraqueza” que Diderot entrevê na *Enciclopédia* é justamente sua força.

Listas de palavras e dicionários

A listagem das palavras é então a técnica elementar que é a base de todo dicionário. Contrariamente à gramática, essa tecnologia figura já no equipamento intelectual das sociedades orais (sem escrita). Mas toda listagem

de palavras (por exemplo, o inventário de uma loja) não é diretamente um “dicionário” e certamente não no sentido em que o compreendemos para designar os dicionários de língua. É preciso então se interrogar sobre o estatuto exato dessa prática na história dos dicionários.

Pode-se tomar como exemplo um texto egípcio muito velho, a *Onomástica* de Amenope (fim da vigésima dinastia, aproximadamente 1100 a.C.; antecedentes por volta do fim do Império Médio, isto é, por volta de 1700 a.C.), que é uma lista de palavras. O estudioso crítico moderno que nós seguiremos na nossa análise (Sidarus, 1990) hesita um pouco sobre o estatuto exato desse tipo de “texto”, uma vez que utiliza diferentes expressões para qualificá-lo: onomástica, preocupação lexicográfica (p.9), gênero lexicográfico (p.15, igualmente, “gênero literário egípcio”, “lexicografia egípcia antiga, de tipo onomástico ou temático”); vocabulário¹⁷ (p.9, 10, 14, 15), léxico temático (p.15); lista de palavras (p.16), que é o termo mais neutro e que nós por conveniência utilizaremos no seu sentido mais literal. Não se trata de modo algum de uma fraqueza intelectual de sua parte. A maior parte dos historiadores da lexicografia testemunham o mesmo tipo de embaraço diante dos objetos que eles encontram e que têm, evidentemente, como ponto comum serem listas de palavras. A questão que se deve colocar é saber qual é a sua função.

O autor da *Onomástica*, Amen-em-Opet, hierogamata da casa de vida, é um compilador que apresenta as 610 palavras rescenceadas como recobrimdo:

Tudo o que Ptah criou e fixou por escrito. O céu e seus elementos, a terra e o que ela encerra. O que as montanhas produzem e o que a água submerge. Todas as coisas sobre as quais Rê raia e todo o que cresce sobre a superfície da terra (citado por Sidarus, 1990, p.9).

Pode-se dizer que a visão é “enciclopédica” (“tudo o que Ptah criou”), mas é difícil dizer que ela é “lingüística”. Ela pode sem dúvida servir para aprender palavras ou a maneira de as escrever, mas não serve visivelmente para aprender alguma coisa sobre as palavras, uma vez que justamente sobre as palavras nada é dito. Na cultura egípcia, encontram-se outras “listas de palavras”: listas monográficas (reis, deuses, cidades do Egito), geográficas ou toponímicas, astronómicas ou calendarísticas; partes do corpo humano, em relação com as práticas culturais e mágicas (Sidarus, *idem*). Pode-se imaginar que essas listas têm um interesse mnemotécnico ou que elas exercem um papel na regulação de certos rituais. Elas concernem essencialmente o conhecimento do mundo, não o da linguagem. Enquanto eu aprendo os nomes dos pássaros, meu objetivo não é o co-

nhecimento da linguagem, mas reconhecer os pássaros; daquele que sabe os nomes dos pássaros, não se diz que é “lingüista”, mas conhecedor de pássaros. Evidentemente, ele conhece também a linguagem.

A lista de palavras não é um “dicionário” no sentido de um dicionário de língua. É – uma vez que ela é escrita – um objeto técnico: isto é, um objeto material, dotado de uma longevidade própria¹⁸, que pode ser reutilizado totalmente ou em parte para a construção de objetos técnicos. Ela pode, assim, assumir outras funções além daquelas que eram as suas na origem, ou ser retomada na construção de outros objetos técnicos. Naturalmente, quando outras línguas forem confrontadas, ela será traduzida¹⁹. Segundo a necessidade, essa passagem necessitará de algumas indicações lingüísticas. Se a lista de palavras não é um “dicionário”, ela está indubitavelmente na origem dos dicionários. Mas isso se dará ao termo de um longo processo. As *nominalia* medievais – qualquer que seja sua sofisticação e sua ligação com um corpo de saber constituído em *corpus* escrito – têm provavelmente o mesmo tipo de estatuto que as listas antigas. Naturalmente, quando o latim deixa de ser uma língua materna, é preciso acrescentar o vernáculo e, segundo a necessidade, dar algumas indicações lingüísticas. É preciso também explicar a língua que não se fala mais. Logo se vê nascer um novo objeto técnico, que é por assim dizer o que nós entendemos por “dicionário” em matéria de língua. Certas filiações de objetos técnicos são esclarecedoras. Em 1531, R. Estienne edita um *Thesaurus linguae latinae*; em 1538, um *Dictionarium latino-gallicum*; em 1539, o *Dictionnaire François Latin* procede a uma inversão – trata-se da primeira lista alfabética de palavras francesas, acompanhadas de desenvolvimentos nessa língua. Facilmente se reconhece nesse bilíngüe elementos que servirão de primeira elaboração aos futuros dicionários monolíngües do francês²⁰.

Pode-se dizer que a unidade da lista de palavras, que está no centro da definição do dicionário, junto à sua concepção de significação/representação, têm para Diderot um duplo efeito.

De um lado, elas permitiram a ele fazer da ordem alfabética uma representação legítima da ordem enciclopédica. Por essa via, ele inventava um novo objeto técnico que viverá sua própria vida, como testemunha o desmembramento sob forma de dicionários temáticos²¹ da edição Pankoucke, que tomará o nome de *Encyclopédie méthodique*. O próprio de um objeto técnico é que se pode utilizá-lo em pedaços e o bricolar. Essa edição não será precedida de um *Quadro Figurado dos conhecimentos humanos*, mas de um *Vocabulário universal, servindo de Quadro para toda a obra*. O estatuto funcional da lista de palavras que constituem as entradas tornou-se o de um puro endereço; se junta a ela uma outra lista (mais extensa) que tem função de índice, porque o conteúdo dos artigos

não é concebido como a significação de uma palavra (a do endereço), mas como um tratado, um texto.

De outro lado, a confusão entre a significação da palavra e um conteúdo de conhecimento enciclopédico o faz confundir dois objetos técnicos que têm uma história diferente, o dicionário de língua e a enciclopédia; enquanto os próprios conceitos de *dicionário de língua* e de *dicionário de coisas* designam bem sua autonomia recíproca.

Se se refere às declarações teóricas do artigo *enciclopédia*, não se pode dizer que essa concepção tenha tido as conseqüências que se poderia esperar dela sobre a construção e o futuro da obra. A independência relativa que nós vemos se liberar entre a problemática teórica aberta por Diderot e a realidade histórica do objeto produzido é um argumento a mais em favor da natureza técnica dos dicionários e, notadamente, dos dicionários de línguas, aos quais importa absolutamente reconhecer o estatuto de *instrumentos lingüísticos*. Evidentemente, dicionários e listas de palavras são também linguagem e são, por essa via, sensíveis aos efeitos discursivos (Orlandi, 2002 e Horta Nunes, 2006). Eles estão duplamente abertos às concorrências do mercado e às batalhas ideológicas enquanto instrumentos lingüísticos e enquanto objetos discursivos (Orlandi, 2002, p. 203 e seguintes). Encontram-se aí motivações (o racionalismo empirista de Diderot, por exemplo) que podem ser tanto causalidades diretas de um ou outro de seus aspectos, mas que podem também permanecer estrangeiras a outros. É o seu estatuto instrumental que os dota inelutavelmente do estatuto de objeto técnico. Um objeto técnico existe não somente no espaço público (como o próprio discurso), mas no espaço reificado dos objetos; ele é em si mesmo uma entidade autônoma suscetível de outras utilizações ou de uma conservação de forma quando o contexto muda²².

Para as ciências da linguagem, como para todas as ciências, os objetos técnicos precedem freqüentemente as representações teóricas²³, são às vezes indiferentes a elas, e não são, na maior parte do tempo, afetados pela mesma temporalidade, nem pelas mesmas transformações.

Tradução: Sheila Elias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste – Guarapuava/PR

Notas

1. Agradeço a Francine Mazière por suas observações sobre uma primeira versão deste texto.
2. O uso atual privilegia uma só palavra. No século XVIII, os dicionários de sinônimos indexavam o conjunto dos sinônimos (em geral duas ou três palavras).
- NT Optamos por manter em francês os nomes das obras mencionadas e assinalar quando houver tradução brasileira. A *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers*, que será objeto de análise de Sylvain Auroux, é referida por ele ao longo do texto pela forma abreviada *Encyclopédie*, que traduziremos por *Enciclopédia*.
- NT *Dictionnaire français contenant les mots et les choses, plusieurs nouvelles remarques sur la langue française: ses expressions propres, figurées & burlesques, la prononciation des Mots les plus difficiles, le Genre des Noms, le Régime des Verbes: avec Les Termes les plus connus des Arts & des Sciences Le tout tiré de l'usage et des bons auteurs*. Este título extenso nomeia o primeiro dicionário monolíngüe do francês.
- NT *Dictionnaire universel contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes de toutes les sciences et des arts*. Trata-se do segundo monolíngüe do francês. Os dicionários de Richelet e Furetière precedem o Dicionário da Academia Francesa que, como aponta Auroux, tem sua primeira edição em 1694.
3. A primeira edição da Academia não era alfabética, mas reagrupava as palavras por “famílias”, inspirando-se na morfologia da época.
4. Cf. hoje *Le Petit Robert2. Dictionnaire universel des Noms Propres, alphabétique et analogique* (Paris, S.E.P.R.E.T., 1974) e a apresentação de Alain Rey. Em Auroux & Weil, 1975b (por oposição ao “vocabulário” que é Auroux & Weil 1975a), as entradas, sem nenhuma especificação lingüística, são tratadas como os nomes próprios de autores (o que fala por si mesmo) e “temas”.
5. Nossa tese é de que o dicionário da Academia e os dicionários de sinônimos são os ancestrais da concepção saussureana da língua e do valor. Nós pudemos reconstruir essa filiação; ver nossos artigos: “D’Alembert e os sinonimistas”, *Dix-huitième siècle*, 16, 1984, 93-108; “Duas hipóteses sobre a origem da concepção saussureana do valor lingüístico”, *Travaux de linguistique et de littérature*, XXIII-1, Paris, 1985, 295-299; “A sinonímia e a dificuldade da ciência de: Roubaud, 1785”, GEHLF (ed.), *Autour de Féraud. La lexicographie en France de 1762 à 1835. Actes du colloque international organisé à l’Ecole Normale Supérieure des Jeunes Filles*, 29, Paris, 1986, 79-91. Ver igualmente Leclerc, 2006. Se perceberá que essa filiação ilustra o papel que nós atribuímos aos objetos técnicos na construção das teorias lingüísticas.
6. O fato de que se deva passar pelo dado de um objeto exterior para atingir a significação de uma palavra (que funciona como uma simples etiqueta) é apenas um caso particular que não é representativo do funcionamento da linguagem. Ver no *Lexique de la terminologie saussurienne* de R. Engler (Spectrum, Utrecht/Anvers, 1968), a entrada *Onímica*: “o caso ‘particular da onímica no conjunto da semiologia’ onde há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior suficientemente definido em si mesmo para escapar à lei geral do signo” (3312.1).
7. D’Alembert, como Diderot, observaram a circularidade (da qual o sentido é, para eles, essencialmente lógico); para evitar o que é para eles um paradoxo, eles pensam

- em recorrer a uma base de palavras “primitivas” (o que D’Alembert nomeia de “raízes filosóficas” de uma língua e Diderot “raízes gramaticais”) que, no seio de uma mesma língua, servem para definir todas as outras.
8. Conserva-se então a identidade medieval entre o *modus intelligendi* e o *modus significandi*. O que explicitamente mudou com o dualismo clássico é que o *modus essendi* não participa mais dessa identidade (Spinoza: a idéia de círculo não é redonda). A meu ver, a semântica moderna nem sempre rompeu com o resto de identidade conservado pelos clássicos (psicologismo).
 9. D’Alembert preconiza a supressão das definições no que concerne aos dicionários de língua estrangeira, à medida que eles servem para fazer entender uma língua pela outra (um dicionário francês-inglês é, para ele, a tradução de um dicionário francês em inglês). O monolíngüe se torna primeiro, enquanto historicamente se vê bem que os monolíngües, como objetos técnicos, têm por ancestrais os plurilíngües (ver mais adiante).
 10. É, no entanto, a tese que prevalece na lingüística moderna de Saussure a Chomsky.
 11. Para situar essa “inovação” e confortar a idéia de que se trata mesmo de uma inovação, ver Auroux, 1979: 317-318.
 12. Bem entendido, pode-se fazer um *compendium* alfabético do discurso sintético (o que faz, para Descartes, Etienne Chauvin no seu *Lexicon rationale, sive Thesaurus philosophicus, ordine alphabetico reducto*). O essencial é que essa operação seja segunda em relação à ordem enciclopédica.
 13. Sobre essa passagem, ver A. Koyré, *Du Monde clos à l’univers infini*, Paris, PUF, 1962. NT: Edição brasileira homônima (*Do mundo fechado au universo infinito*) pela Forense Universitária.
 14. Nos *Nouveaux Essais* (texto no início desconhecido dos enciclopedistas, Raspe só o publica em 1765), Leibniz não hesita em escrever que “Beyerling fez um estrago ao colocar em ordem alfabética o *Théâtre méthodique de la vie humaine* de Zwingerius”.
 15. Os outros volumes concernem às problemáticas (vol.I), às obras (vol.III) e aos textos (vol. IV). Apenas os volumes II (noções) e III (obras) seguem a ordem alfabética das entradas.
- NT *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* (1927). Reedição francesa em 2006. Edição brasileira homônima pela Martins Fontes: *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*.
16. Utilizo esse conceito no sentido moderno de Harris: pode-se dizer também “língua de especialidade”.
 17. Sidarus (p.15) opõe aparentemente “onomástica” (onomástica copta, onomástica grega, reservada aos monolíngües, e “vocabulário” (vocabulário greco-árabe, greco-copta), que parece caracterizar para ele os plurilíngües, sem que se possa ver neles uma diferença de construção (uma vez que eles correspondem à mesma “linhagem genética”).
 18. O artigo de Sidarus tem por objetivo mostrar que se reencontram os traços da onomástica de Amenope (palavras listadas, organização temática) uns 2500 anos mais tarde nos léxicos coptas.
 19. A onomástica de Amenope se desenvolveu pela introdução de outras línguas (bilíngüe ou trilíngüe): grego, copta, saídico, árabe, latim; por essa via, ela fez nascer onomásticas próprias a essas línguas.
 20. Boisson et al. (1991) observam que na Antigüidade os monolíngües precederam os plurilíngües e que no Renascimento são os plurilíngües que precederam os

- monolíngües. O paralelismo todavia é enganador e repousa sobre a ambigüidade da noção de “dicionário”, sob a qual se dispõe toda lista de palavras. As onomásticas monolíngües precederam as onomásticas plurilíngües (e todos os dicionários de língua); os dicionários plurilíngües precederam os dicionários monolíngües. Nos dois casos, não se trata de um mesmo tipo de objeto técnico; se erraria ao considerar que toda lista de palavras é um “dicionário”.
21. Os dois volumes consagrados à Gramática e à Literatura (1782-1784) retomam os artigos de sinonímia, mas só reproduzem a parte *dicionário de línguas* do artigo *dicionário de D’Alembert*.
 22. O que explica que, a despeito de sua organização discursiva, o sucesso dos dicionários em geral e o das enciclopédias em particular não esteja diretamente ligado à sua motivação ideológica. A *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert anunciou o fim da suma ou do discurso sintético como forma da enciclopédia, a despeito de Hegel, que tentou reconciliar os dois. Mas é o idealismo alemão, e não o racionalismo empirista das Luzes que vai dominar a cena filosófica. Do mesmo modo, quando Bergson utilizava Littré (como todo mundo), ele permanecia insensível ao seu positivismo. Uma situação como esta pode às vezes ser julgada decepcionante. Quando eu dirigi os quase 700 colaboradores do *Dictionnaire des notions philosophiques*, eu, que fique claro, mais no fogo da ação do que *a priori*, desenvolvi uma concepção filosófica do projeto (cf. minhas *Palavras Iniciais*) e fiz opções sobre o conteúdo filosófico (escolha das entradas e dos autores, redação de aproximadamente 400 artigos). Eu até desenvolvi o conjunto em um manifesto *ad hoc* (*Barbarie et philosophie*, Paris, PUF, 1990). Não por isso: o sucesso instrumental (e comercial) da obra nunca foi paralelo ao desenvolvimento das teses filosóficas subjacentes ou explicitamente expostas. (NT: As *Palavras Iniciais* estão referidas na bibliografia: cf. “Avant-Propos”.)
 23. Ver na nota 5 nossa tese sobre a relação de causalidade entre o dicionário da Academia e a teoria saussureana do valor.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. & WEIL, S. *Vocabulaire de la philosophie*. Paris: Hachette, 1975a.
- _____. *Dictionnaire des auteurs et des thèmes de la philosophie*. Paris: Hachette, 1975b. (Tradução portuguesa: Porto: Edições Asa, 1993).
- AUROUX, S. *La sémiotique des encyclopédistes*. Paris: Payot, 1979.
- _____. (dir.). *Histoire des idées linguistiques*. 3 vols., Liège: Mardaga, 1989-2000.
- _____. “Avant-Propos”, *Encyclopédie philosophique universelle*, t. 2 – Les Notions philosophiques. Dictionnaire (Auroux, S., dir.). Paris: PUF, VII-XX, 1990.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992 (nova edição com um posfácio inédito, 2007; versão francesa estendida: *La révolution technologique de la grammatisation*. Liège: Mardaga, 1994).
- _____. *Le langage, la raison et les normes*. Paris: PUF, 1998.

- BOISSON, C., KIRTCHUK, P. & BEJOINT, H. “Aux origines de la lexicographie: les premiers dictionnaires monolingues et bilingues”. *International Journal of Lexicography* 4, 1991, p. 261-315.
- COLLINOT, A. & MAZIERE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.
- HORTA NUNES, J. *Dicionários no Brasil. Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- LECLERC, O. *Construction d'un savoir et d'un savoir faire dans le lexique français aux XVIème et XVIIème siècle*, Thèse dactylographiée, Université Denis Diderot-Paris 7, 2006 (Mazière, F., dir.).
- ORLANDI, E.P. *Língua e conhecimento lingüístico. Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- REY, A. *Encyclopédies et dictionnaires*. Paris: PUF (Que-sais-je ?), 1982.
- SIDARUS, A. “Onomastica Aegyptica : La tradition des langues thématiques en Egypte à travers les âges et les langues”. *Histoire Epistémologie Langage* XII-1, 1990, p. 7-20.

Mots-clés: dictionnaire, encyclopédie, histoire des idées

Palavras-chave: dicionário, enciclopédia, história das idéias

Key-words: dictionary, encyclopedia, history of ideas

